



Certezas sob suspeita: a maternidade em debate na literatura brasileira recente de mulheres

Lúcia Osana Zolin

Departamento de Letras, Centro de Ciências Humanas Letras e Artes, Universidade Estadual de Maringá, Av. Colombo, 5790, 87020-900, Maringá, Paraná, Brasil. E-mail: luciazolin@yahoo.com.br

RESUMO. Tendo em vista os rumos da literatura brasileira recente de mulheres, permeados de trajetórias femininas que remetem a subversões feministas e à desconstrução de paradigmas tradicionais de gênero, nosso objetivo nesse artigo é refletir sobre a representação da maternidade, uma questão da qual muito se tem falado na realidade extraliterária, nem sempre a partir de uma perspectiva libertadora. Trata-se de colocar luz em romances que se propõem a problematizar o ‘mito do amor materno’, nos termos de Badinter (1985), promovendo fraturas na ideia de instinto materno ou na vocação incondicional das mulheres para a maternidade. O feminismo matricêntrico de Andrea O’Reilly (2016), alicerça teoricamente essa reflexão.

Palavras-chave: maternidade; representação; autoria feminina; feminismo matricêntrico.

Certainties under suspicion: motherhood in debate in recent Brazilian literature by women

ABSTRACT. Regarding the direction of recent Brazilian literature by women, which permeates female trajectories that explore feminist subversions and deconstruct traditional gender paradigms, this article aims to reflect on the representation of motherhood, an issue frequently discussed in the extra-literary reality, though not always from a liberating perspective. The intention is to shed light on novels that set out to problematize the myth of maternal love, in Badinter’s (1985) terms, by promoting cracks in the idea of maternal instinct or women’s unconditional vocation to motherhood. Andrea O’Reilly’s (2016) matricentric feminism provides a theoretical foundation for this reflection.

Keywords: motherhood; representation; female authorship; matricentric feminism.

Received on May 28, 2024.
Accepted on November 28, 2024.

Introdução

Conforme demonstramos em ‘Um retrato do romance brasileiro contemporâneo de autoria feminina’ (Zolin, 2021), a literatura recente escrita por mulheres tem trazido à baila personagens femininas narrando suas próprias histórias, dando a conhecer as questões que lhes constituem como sujeitos individuais, com inquietações e angústias até então mantidas a salvo de questionamentos, na medida que eram entendidas como sendo da ordem natural das coisas. E, sendo assim, eram aceitas, sem questionamentos. Aceitas e propagadas no tempo, numa espécie de *continuum* que não encontrava obstáculos. É o caso da famigerada vocação feminina para a maternidade, sustentada na relação mulher-natureza, constituída no entorno da ideia de que gerar e maternar seus filhos consiste no objetivo central da vida das mulheres.

As vozes que emergem da literatura de autoria feminina, todavia, no decorrer, sobretudo, da última década, apontam para realidades dissonantes, em que as dores da maternidade não são escamoteadas em nome desse ideal. Como explicitamos no referido retrato dessa produção, constituído a partir de um corpus considerável de romances, não são raras as narrativas empenhadas em exibir trajetórias femininas fundamentalmente edificadas a partir da desconstrução de paradigmas tradicionais de gênero. É tendo em vista essas constatações que nosso objetivo nesse artigo é refletir sobre a representação da maternidade a partir de alguns desses romances publicados na última década.

Trata-se de uma temática da qual muito se tem falado na realidade extraliterária, e que tem sido vastamente representada no universo literário, mas nem sempre a partir de uma perspectiva libertadora, como

revelam muitas das trajetórias de mães que povoam a literatura canônica¹. No âmbito dessas reflexões, tomamos o conceito de ‘representação’ nos termos de Roger Chartier (1990, p. 10), como “[...] instrumento de um conhecimento mediador que faz ver um objeto ausente através da substituição por uma imagem capaz de o reconstituir em memória e de o figurar como ele é [...]”, para problematizar a ideia que a literatura recente de mulheres faz do ‘objeto ausente’ em questão. No contexto dos estudos de gênero, Teresa de Lauretis (1994) defende que representar é construir; também Judith Butler (2003) argumenta que o gênero é sua representação. Isso implica dizer que, entre outros discursos, o literário concorre para fixar imagens de mulheres-mães, seja reduplicando ideologias relacionadas ao mito do amor materno, seja abrindo brechas nessas ideologias para permitir emergirem as ambivalências que a experiência da maternidade pode trazer consigo.

Também os discursos ideológicos, como não poderia ser diferente, constroem o gênero e, portanto, os contornos de uma ideia de maternidade tornada ‘natural’ ao longo da história das mulheres. Enquanto o feminismo neoliberal e o de escolha reivindicam o direito das mulheres de fazer tudo o que fazem os homens, os defensores da ‘moral e dos bons costumes’ replicam com veemência os valores patriarcais e defendem a maternidade como a linha de chegada que toda mulher deve cruzar para justificar sua existência e alcançar sua plenitude. Nenhuma dessas duas posturas polarizadas olham para a miríade de instabilidades a que as mulheres estão sujeitas enquanto exercem a maternagem.

O *Feminismo Matricêntrico* da pesquisadora canadense Andrea O’Reilly (2016) coloca a maternidade no centro de seu ativismo e se propõe a iluminar as necessidades e preocupações das mães, quase sempre invisibilizadas por detrás da ideia da infalibilidade materna. Nessa mesma direção, no âmbito da literatura, a perspectiva autoral feminina tem possibilitado a desconstrução ou, pelo menos, a problematização de uma série de paradigmas historicamente atribuídos às mulheres, alicerçados na noção de essencialidade, os quais vem ditando regras comportamentais, reguladoras de desejos e escolhas femininas. Tabus relacionados à sexualidade acanhada, ao intelecto menos desenvolvido, à tendência à imanência, ao ‘mais aqui’ do mundo, cuja expressão máxima está na sua vocação para a maternidade, são postos sob suspeita na literatura recente de mulheres. As personagens femininas aí representadas, não raro, assumem contornos identitários jamais imaginados na literatura canônica (escrita por homens), em que os embates acerca do desejo de serem mães, do arrependimento de terem se tornado mães, de relacionamentos conflituosos entre mães e filhos, afastam-nas dos scripts idealizados e trazem à tona processos traumáticos pouco referidos na história das mulheres.

Na pesquisa ‘Literatura de autoria feminina brasileira contemporânea: escolhas inclusivas?’², foram analisados 151 romances publicados entre 2000 e 2015 por importantes editoras brasileiras, totalizando 352 personagens femininas, sendo que para 30% delas, a maternidade não é o destino, embora a vida sexual seja ativa. E se 40% são representadas como mães, o relacionamento com os/as filhos/as nem sempre evocam sentimentos de realização, plenitude, responsabilidade e/ou doação de si – atributos comumente atrelados à figura materna. Também afloram nessas representações sentimentos disfóricos como culpa, fracasso, impotência, indiferença, desprezo, cansaço, desgaste, negação, etc., apontando para uma virada de chave no sentido de iluminar fraturas na imagem tradicional feminina, em que o chamado ‘instinto materno’ ou a vocação incondicional das mulheres para a maternidade parece acima de qualquer suspeita, sem empecilhos que lhes impeçam de se realizar plenamente.

Desenvolvimento

Para além do corpus da referida pesquisa, as escritoras que seguiram publicando após 2015 parecem ainda mais empenhadas nesse debate. Romances como *A vida invisível de Eurídice Gusmão* (2016), de Martha Batalha, *O peso do pássaro morto* (2017), de Aline Bei, *Com armas sonolentas* (2018), de Carola Saavedra, *Você nunca mais vai ficar sozinha* (2020), de Tati Bernardi, *Tudo é rio* (2021) e *Véspera* (2023), de Carla Madeira, *Como se fosse um monstro* (2023), de Fabiane Guimarães, problematizam cada vez com mais intensidade as incongruências que a ideia de maternidade intrincada nas teias do patriarcado carrega consigo, invisibilizadas pelos discursos oficiais, sempre empenhados em maquiá-las com a aura do sublime.

¹ Conforme demonstra Tardivo (2023, p. 52), por exemplo, a representação de Lola, em *Éramos Seis* (2012), de Maria José Dupré, ou de Ana Terra, de *O tempo e o Vento* (2004), de Érico Veríssimo, que “[...] expunham mulheres construídas pela óptica patriarcal que as imputavam a maternidade como meio e fim da condição humana feminina. A protagonista do romance que baseou cinco telenovelas brasileiras, ao fim da vida, narra sua trajetória na criação dos filhos com a filosofia de que “Mãe quer dizer sacrifício, não devo esquecer” (Dupré, 2012, p. 167)”.

² Pesquisa que coordenamos na Universidade Estadual de Maringá cujo objetivo foi empreender um rigoroso mapeamento do modo de construção das personagens que integram um corpus constituído por 151 romances escritos por mulheres e publicados por três importantes editoras do país, Rocco, Record e Companhia das Letras, entre os anos 2000 e 2015. A equipe executora analisou 618 personagens, consideradas fundamentais para o desenrolar da trama dessas narrativas, cujas trajetórias foram ponderadas a partir de um questionário contendo 88 questões que, além de lhes deslindar detalhes da construção, se ocupam de detalhar o lugar de fala das autoras e a intensidade crítica com que cada obra aborda a temática em torno da qual se desenvolve. Os resultados foram implantados no software Sphinx – versão léxica que nos permitiu contabilizar, cruzar e interpretar os dados obtidos. Essa metodologia foi desenvolvida por Regina Dalcastagné (2005), na pesquisa ‘A personagem do romance brasileiro contemporâneo – 1990-2004’.

No caso do primeiro romance referido, Martha Batalha representa a trajetória de Eurídice Gusmão, personagem determinada a combater a “Parte da Eurídice Que Não Queria Que Eurídice Fosse Eurídice” (Batalha, 2016, p. 55). A protagonista é ambientada na década de 40 do século passado, ao lado de outras mulheres cujas subjetividades são invisibilizadas pelos tradicionais papéis femininos, dentre os quais o destaque vai para o de mãe exemplar. Os projetos que de tempos em tempos a protagonista tira da cartola para não sucumbir à nulidade existencial são desenvolvidos (e com muita competência, saliente-se!) graças à estratégia “[...] do combate por omissão (aquele que impede os homens de dizer não)” (Batalha, 2016, p. 51). É assim que consegue se tornar “[...] a costureira mais capaz da Tijuca” (Batalha, 2016, p. 51) e redondezas até o marido paralisá-la com o refrão autoritário que não media esforços em repetir: “[...] eu saio pra trabalhar, você cuida das crianças, ouviu?” (Batalha, 2016, p. 53). O livro sobre a invisibilidade das mulheres (possivelmente, o mesmo que temos nas mãos) que mais tarde Eurídice se dedica a escrever – após o momento epifânico frente ao acervo de clássicos da literatura que decorava a sala, enquanto jazia no sofá à espera dos filhos voltarem da escola para acionar o modo mãe devotada – ecoa o movimento das mulheres contemporâneas no sentido de descolarem a razão de suas existências da rota da maternidade: “Porque Eurídice, vejam vocês, era uma mulher brilhante. Se lhe dessem cálculos elaborados, ela projetaria pontes. Se lhe dessem um laboratório, ela inventaria vacinas. Se lhe dessem páginas brancas, ela escreveria clássicos” (Batalha, 2016, p. 12).

Embora a relação da protagonista com a maternidade não seja, propriamente, o principal interesse da narrativa, importa salientar aqui que sua trajetória faz avultar o fato de que a maternidade não basta, absolutamente, para conferir a Eurídice a prometida plenitude existencial que, segundo o pensamento hegemônico patriarcal, toda mulher alcançaria ao se tornar mãe e ao exercer a maternagem dos filhos. Mesmo ambientada na primeira metade do século passado, ela não se sente nenhum pouco realizada ao desempenhar as funções de mãe e de esposa (embora o faça impecavelmente) que supostamente preencheriam as necessidades de sua subjetividade feminina. O fragmento que segue sinaliza a disparidade entre respeitar os apelos da própria identidade e a realidade em que a personagem está inserida:

Eurídice precisava de um novo projeto. Precisava de algo que preenchesse as manhãs de ócio e as horas angustiadas de fim de tarde, quando os filhos ainda não tinham chegado da escola e quando tudo não parecia levemente enlouquecedor, tudo era irremediavelmente enlouquecedor. Nessas horas perdidas ela podia sentir a solidão se transformar em angústia, a angústia se transformar em loucura e a loucura sussurrar-lhe calma e firme: ‘Um dia eu te pego, um dia eu te pego, um dia eu te pego’ (Batalha, 2016, p. 39).

Por meio de estratégia bem diversa, já que a personagem de Martha Batalha não põe em questão o amor devotado aos filhos, Aline Bei em *O peso do pássaro morto* (2017), corrobora a mudança de paradigmas que, finalmente, se insinua no horizonte das certezas sobre maternidade como instinto e missão, quase quarenta anos após Elizabeth Badinter (1985) ter desnudado o amor materno como um sentimento que, como qualquer outro, está sujeito a vulnerabilidades. A protagonista não nomeada rompe o silenciamento de anos acerca do abuso sexual que a deixara grávida na adolescência e com o dever moral de cumprir a rota da maternidade, passando em revista sua trajetória, permeada, desde a infância, de perdas, silêncios e abusos. Só à medida que avança rumo à maturidade, ela consegue elaborar a angústia que sente face à dificuldade em amar, de fato, o filho em cujos olhos vislumbrava a mesma crueldade do olhar de seu abusador:

[...] é a coisa mais difícil
porque você lucas
é a cara do Pedro
tem o olho
do Pedro
te ver acordando, te ver passando por mim na cozinha
é reviver aquele maldito dia em segredo, diariamente (Bei, 2017, p. 101).

O romance não se furta ao desafio de representar uma das grandes questões que vem movimentando os debates no âmbito do feminismo matricêntrico, difundido por O’Reilly (2016), que é a ‘ambivalência materna’, que nesse caso confronta o amor materno à paradoxal missão de dissociar um filho, fruto de um estupro, da figura do estuprador.

Também Carola Saavedra, em *Com armas sonolentas* (2018), e Carla Madeira em *Véspera* (2023), trazem para a cena narrativa personagens femininas que colocam em xeque a capacidade incondicional das mães de superarem os apelos angustiados de suas vozes interiores e se devotarem abnegadamente aos filhos,

independentemente das circunstâncias. Tanto Anna quanto Vedina, no ápice de suas crises psíquicas e emocionais, contrariando todos os postulados construídos no entorno da maternidade, abandonam seus filhos. A primeira, deixa a filha recém-nascida em um parque:

Deixei meu bebê agasalhado no carrinho e fui embora. Ficaria bem, repetia para mim mesma. Ficaria bem aquela filha que não era mais minha, que nunca fora. Ficaria bem aquele corpo que se desprendera do meu corpo e agora tinha vida própria. Depois as lembranças esmoreciam, os passos rápidos para fora do parque, o medo de que alguém tivesse me visto, que me denunciasse, como explicar que eu não era mãe de um corpo só porque ele saía de dentro de mim, como explicar que aquilo não era natural, que nada é natural na natureza [...] (Saavedra, 2018, p. 177).

A segunda, abandona o menino de cinco anos em uma avenida movimentada:

Vedina soltou as mãos do volante e estalou os dedos, um mau hábito com bons efeitos sobre seu corpo atormentado. Ao longe, os sons do filho pulando, já solto no banco de trás. A onomatopeia da luta dos Power Rangers na mão do menino era repleta de texturas sonoras. Dentro de Vedina, os gritos eram ainda mais altos. O corpo pequeno de Augusto, em pleno ritmo, golpeava o ar: chutes nas galáxias, cambalhotas heroicas. O pensamento de Vedina em rotação acelerada ensaiavam o rompimento com Abel [...]. Augusto chuta a cabeça da mãe. Vedina mete o pé no freio até o fundo. A parada é brusca [...]. Vedina abre a porta e sai. O passo é cego e firme, todas as articulações tomadas de determinação. Ela puxa o filho para a calçada e em seguida joga no chão, aos pezinhos dele, a mochila colorida. Sem uma palavra, entra novamente no carro e arranca. Vai se foder Abel, Abel, vai se foder (Madeira, 2023, p. 15-16).

No entanto, a arquitetura das narrativas possibilita ao/a leitor/a/a, abismado/a com tamanhas atrocidades, medidas pela régua do dogma da infalibilidade materna, conhecer a história pregressa dessas mulheres, de modo que, se não lhes redime da culpa, ao menos as situa em um contexto capaz de fazer emergir a precariedade de suas existências e, portanto, as vulnerabilidades a que estão sujeitas.

Conforme defende Tardivo (2023) em ‘Talvez mães, sempre mulheres: representações maternas em produções literárias recentes de autoria feminina’, dependendo do lugar sociocultural que ocupam, dos estigmas relacionados à cor da pele, à etnia, à orientação sexual, entre outras interseccionalidades, as personagens da literatura de mulheres experienciam a maternidade de maneiras muito díspares. Sobrepondo-se uns aos outros e impactados pelas relações de poder que incidem sobre eles, esses eixos de diferenciação produzem identidades maternas muito singulares e ambivalentes, distanciadas, portanto, da aura maniqueísta que, ao longo da história das mulheres, sempre pairou sobre os discursos polarizados no entorno das experiências da maternidade: “[...] a alegria de vivenciá-la ou a amargura de uma vida sem filhos/as” (Tardivo, 2023, p. 23).

As personagens femininas brancas de classe média-alta, que aqui passamos em revista, embora não precisem se preocupar com questões de ordem prática, veem-se frequentemente imersas nas de ordem existencial; por outro lado, aquelas em situação de vulnerabilidade – não raro, negras e pobres –, estão preocupadas com o sustento dos/as filhos/as; as mães lésbicas, quando decidem pela maternidade ou quando a maternidade lhes é imposta por meio de violências sexuais, estão, igualmente, expostas às instabilidades e incertezas, precisam lidar com o sentimento de inadequação por serem homossexuais em uma sociedade heteronormativa, com os medos e, ao mesmo tempo, os desejos de vivenciar essa experiência; no caso das mães indígenas, são centenas de etnias, cada uma com sua cultura, de modo que também são diversas as formas de maternagem, assim como é diversificado o leque das vicissitudes enfrentadas, mesmo podendo elas contarem com o apoio da aldeia, já que o compartilhamento dos cuidados com os filhos inscreve-se “[...] na ética da sociabilidade de todo o povo indígena” (Da Cruz, 2020, p. 49).

Quando o assunto é a maternidade, seja nesses ou em outros grupos sociais, há que se colocar, todavia, luz nas ambivalências dessa experiência, as quais fazem emergir sentimentos e comportamentos distanciados da ideia do sublime, sempre requisitada quando os afetos das mães para com os/as filhos/as está na berlinda. Via de regra, as condições em que a maternidade é vivenciada, assim como as ambivalências daí decorrentes, pouco aparecem nas pautas feministas, embora o grande incômodo dos feminismos seja a maternidade, entendida como mecanismo de controle do patriarcado, como bem salienta a jornalista e escritora espanhola Esther Vivas (2021).

No caso dos romances referidos, o teor das ambivalências representadas no âmago da experiência materna é condizente com o lugar de fala de suas autoras: mulheres brancas, cultas, bem situadas econômica e socialmente, moradoras de grandes centros urbanos, cujo cosmos, em boa medida, aparece espelhado nas trajetórias das personagens que constroem. De modo que os sentimentos ambivalentes que experimentam, bem como os gestos intempestivos que praticam, enquanto vivenciam a maternidade não emanam dos

enfrentamentos cotidianos visando a sobrevivência dos filhos, tão comuns nas classes mais baixas, mas daqueles que derivam da subjetividade feminina, em que pesam os desajustes emocionais, as inseguranças, os medos do desconhecido, de se perder de si. Trata-se de promover o desnudamento do preço que as mães pagam para performarem a maternidade idealizada pela cultura patriarcal como sendo da ordem do instinto feminino, em cujo âmago não cabem ressentimentos, contradições nem dúvidas.

Tendo em vista essas reflexões, queremos nos demorar um pouco mais no romance *Você nunca mais vai ficar sozinha*, de Tati Bernardi³, publicado em 2020 pela Companhia das Letras. A escritora coloca na berlinda o período gestacional, não como um estado de graça, conforme a gravidez é frequentemente referenciada no imaginário coletivo constituído segundo o pensamento patriarcal, mas como um processo desconcertante que coloca Karine em alerta em relação à ameaça, no alto de seus 35 anos, da perda do direito à própria individualidade e da capacidade de tocar adiante a vida que, até então, considerava toda sua. O vaticínio da mãe, ao saber que se tratava de uma menina, expresso no título do romance – *Você nunca mais vai ficar sozinha* –, ao mesmo tempo em que funciona como gatilho para lembrá-la de suas obrigações de filha, faz emergir o desconforto de se saber permanentemente associada ao novo ser que traz na barriga, por quem, a rigor, ela não se sente nem um pouco devotada – “Fiquei aliviada e horrorizada. E depois só horrorizada” (Bernardi, 2020, p. 32).

Em meio à rotina do pré-natal, senhas, agulhas, exames, prescrições, desconfortos físicos e emocionais e a vulnerabilidade experimentada nas salas de espera, ela se espanta com a nova realidade, ao mesmo tempo em que, tomando a recepcionista, ou a projeção dela, como interlocutora, passa em revista a relação conflituosa com a mãe, temendo reduplicar com o/a filho/a seu modo de exercer a maternidade. Obcecada em mantê-la a salvo dos perigos de viver e das suas próprias escolhas, caso fossem diferentes das dela, a mãe construiu uma relação de dependência com a filha que a impedia de seguir em frente: “[...] minha mãe terminou com todos os homens para ficar para sempre com minha avó e também para poder ficar eternamente comigo” (Bernardi, 2020, p. 17); “Deixar a minha mãe sozinha em casa foi o dia mais difícil da minha vida” (Bernardi, 2020, p. 20).

A narrativa, nesse sentido, encena o processo de tomada de consciência da personagem da sua posição espaço-temporal: ela se reconhece filha de uma mãe controladora e chantagista sentimental, e, à medida que avança rumo à maternidade, teme reduplicar sua conduta com o/a filho/a, mas, sobretudo teme perder seu direito à própria individualidade, arduamente conquistado desde quando conseguiu ter seu próprio espaço. Nesse processo, há que se destacar o fato de, mesmo sendo a narradora-protagonista casada, seu relacionamento conjugal não é relevante nesse debate, como já tem sido uma tendência na literatura de mulheres publicada nos últimos anos (Zolin, 2021), a narrativa amplia o alcance das clássicas problematizações das relações conflituosas de gênero, tão recorrentes nas décadas anteriores, e foca na subjetividade feminina.

No processo de construção da personagem, a escritora, parece imbuída da missão de representar e, portanto, iluminar as arbitrariedades mascaradas por detrás da ideia de amor materno e de desromantizar o período gestacional, tomando seu peculiar humor como ferramenta. Despojada de qualquer pudor que poderia impedi-la de avançar por esses caminhos, ela transita por entre as tiradas de riso fácil, sem maiores consequências, como quando questiona “Onde foram parar aquela cintura, aquela carne mais dura, os braços que agora dançam como um boneco de posto de gasolina adulterada?” (Bernardi, 2020, p. 27), ao tom ácido embutido em constatações desconcertantes, capazes de tocar em pudores mantidos, até então, a salvo de profanações, como ocorre ao constatar, por exemplo, que seu filho é menina, referindo-se a ele, com certa amargura, como “[...] o feto, o bebê, o negócio, o embrião” (Bernardi, 2020, p. 26). Ou quando, apesar de querer amar a mãe, se irrita com a visita dela que invade sua casa com flores e tortas integrais orgânicas perguntando como vão ‘as suas meninas’: “[...] quero apenas ficar sozinha. Aqui existe um ser humano assustado, enjoado, desesperado. ‘Apenas um’. Sou apenas uma pessoa e estou passando mal” (Bernardi, 2020, p. 97, grifo da autora). A angústia da personagem aumenta à medida que ela confronta seu desconforto em face das mudanças que se operam nela com os discursos oficiais que elevam o período da gestação como um ‘estado de graça’ que só a mulher é capaz de experimentar, imaginando uma ‘torcida organizada’ pela mãe com faixas e pompons agitados na sua direção com os dizeres: “[...] tem que se sentir muito animada e abençoada ou você é uma vaca” (Bernardi, 2020, p. 5). Mas o que realmente ela está sentindo é um medo desconcertante de nunca mais “[...] poder ficar muito assustada e angustiada e com frio e sem saber o que fazer [...]” depois que for mãe (Bernardi, 2020, p. 121).

³ Escritora branca e de classe média, com formação em publicidade pela Universidade Presbiteriana Mackenzie, ganhou destaque na mídia brasileira como roteirista de programas na Rede Globo. Em 2017 recebeu o Prêmio Diploma Bertha Lutz, por sua contribuição na defesa dos direitos das mulheres e na busca pela equidade entre os gêneros.

Nessa mesma ordem de ideias, a protagonista avança imbuída da missão de colocar luz nas ambivalências da maternidade e não se esquivava de tocar na polêmica do mito sagrado do amor materno. Conforme desnudou Badinter em *Um amor conquistado: o mito do amor materno* (1985), a hegemonia ocidental vem promovendo desde meados do século XVIII a regulação da vida das mulheres, impondo-lhes a maternidade compulsória por meio de discursos econômicos e filosóficos que institucionalizam ‘as doçuras da maternidade’ como forma de viabilizar o futuro das nações europeias e de suas colônias. O amor incondicional pelos/as filhos/as, revertido em cuidados e atenção, que a partir de então elas são incentivadas a performar, resultaria em garantia de força de trabalho, ameaçada pela mortalidade infantil, em tempos em que as mulheres da elite permaneciam alheias a seus filhos, relegando a maternagem devida a eles às suas subalternas. Não encontrando nenhuma conduta universal por parte das mães na história das atitudes maternas, mas sim uma variabilidade de sentimentos, de acordo com a cultura e subjetividade de cada uma, a filósofa constata que não há como se esquivar do fato de que o instinto/amor materno não é nada mais do que um mito:

Como, então, não chegar à conclusão, mesmo que ela pareça cruel, de que o amor materno é apenas um sentimento e, como tal, essencialmente contingente? Esse sentimento pode existir ou não existir; ser e desaparecer. Mostrar-se forte ou frágil. Preferir um filho ou entregar-se a todos. Tudo depende da mãe, de sua história e da História. Não, não há uma lei universal nessa matéria, que escape ao determinismo natural. O amor materno não é inerente às mulheres. É ‘adicional’ (Badinter, 1985, p. 367, grifo da autora).

Embora as constatações de Badinter datem dos anos 1980, parece que só mais recentemente, talvez há uma década ou década e meia, a literatura brasileira de mulheres vem debatendo os dogmas da maternidade de forma mais objetiva, trazendo para a cena narrativa personagens femininas empenhadas na desconstrução dos seus arquétipos nos quais não se reconhecem. É nesse sentido que a trajetória de Karine ganha importância. Embora mobilizada pelo sentimento de culpa que deixa transparecer por entre suas declarações fora do script dos códigos de comportamento imposto às mulheres-mães, ela é capaz de romper a barreira do silêncio e de expor a disparidade entre o que ela está experienciando de fato e o que o senso comum dizia que experienciaria, mesmo tendo ansiado a vida toda pelo momento em que se tornaria mãe. Não amou automaticamente o bebê desde a primeira notícia da sua existência, tampouco sentiu a “[...] maior emoção da vida [...]” ou a “[...] maior felicidade de todos os tempos [...]” quando o amamentou pela primeira vez. Apenas sabia que um dia o amaria, assim como pressentia que “[...] abraçar a ambivalência um dia salvará as mães” (Bernardi, 2020, p. 115).

Considerações finais

Se é bem verdade que a cultura brasileira, e em especial a literatura de autoria feminina, vem resistindo aos aviltamentos contra a livre expressão das subjetividades, fazendo emergir da padronização arbitrária as interseccionalidades que compõem a diversidade do mundo das mulheres, no âmbito da realidade extraliterária, há muita resistência por parte de homens e de mulheres em profanar essa espécie de dogma da maternidade sagrada. As vozes dissonantes tendem a ser (auto)silenciadas, as feridas bem protegidas do olhar do outro sob pena de retaliações. A boa notícia é que a despeito das barreiras morais, a ‘vontade institucionalizada’, como a antropóloga israelense Orna Donath (2017) se refere à maternidade normativa, resultado dos desejos da mulher somados às expectativas da sociedade, vai aos poucos sendo desnudada, de modo a tirar da obscuridade os sentimentos ambivalentes experimentados pelas mulheres-mães, como o arrependimento, a ansiedade, a decepção e a culpa por não conseguirem atingir os ideais da maternidade. Conforme atestam as trajetórias das personagens aqui retratadas, não é mais possível tomar a maternidade simplesmente como o ponto de chegada da realização feminina. Há que se olhar para a plausibilidade da vazão das frustrações nascidas do embate entre a plenitude prometida e a realidade decepcionante. Mais que isso: considerar que as experiências de maternagem afetam as mães não apenas nas esferas identitárias e subjetivas, mas também na doméstica, das relações interpessoais e, também, na esfera acadêmica. Conforme instiga O’Reilly (2016)⁴, há que se politizar a maternidade, uma vez que suas ambivalências tem raízes fincadas nos valores ideológicos e culturais contemporâneos. A literatura brasileira recente de autoria feminina representa mulheres vivenciando a maternidade em circunstâncias e contextos heterogêneos, de modo que são também heterogêneos e ambivalentes os sentimentos que experimentam. Nem sempre é possível às

⁴ O’Reilly (2016) identifica dez pressupostos ideológicos da maternidade patriarcal, a saber: essencialização, privatização, individualização, naturalização, normalização, idealização, biologização, especialização, intensificação, e despolitização da maternidade. Suas reflexões convidam a problematizar a experiência materna a partir de numa perspectiva que confronta os essencialismos preconizados pela maternidade patriarcal, tendo em vista as teorias da interseccionalidade e a própria subjetividade materna.

mulheres representadas, multifacetadas que são, performar e, portanto, endossar o mito do amor materno. Esse alicerce da maternidade normativa, portanto, é colocado sob suspeita face à impossibilidade de compatibilizar suas nuances transcendentais aos enfrentamentos cotidianos que a experiência exige.

Referências

- Badinter, E. (1985). *Um amor conquistado: o mito do amor materno* (W. Dutra, Trad.). Nova Fronteira.
- Batalha, M. (2016). *A vida invisível de Eurídice Gusmão* (1a ed.). Companhia das Letras.
- Bei, A. (2017). *O peso do pássaro morto*. Editora Nós.
- Bernardi, T. (2020). *Você nunca mais vai ficar sozinha* (1a ed.). Companhia das Letras.
- Butler, J. (2003). *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade* (R. Aguiar, Trad.). Civilização Brasileira.
- Chartier, R. (1990). *A história cultural: entre práticas e representações*. Bertrand.
- Da Cruz, F. M. (2020). Feminismo indígena ou Nhandutí Guasu Kunhã: a rede de mulheres indígenas pelos direitos ancestrais e reconhecimento ético. In J. Dorrico, F. Danner, & L. F. Danner (Orgs.), *Literatura indígena brasileira contemporânea: autoria, autonomia, ativismo* (pp. 41-60). Editora Fi.
- Dalcastagnè, R. (2005). A personagem do romance brasileiro contemporâneo: 1990-2004. *Estudos de literatura brasileira contemporânea*, 26, 13-71.
- Donath, O. (2017) *Mães arrependidas: uma outra visão da maternidade* (1a. ed., M. Vargas, Trad.). Civilização Brasileira.
- Dupré, M. J. (2012). *Éramos seis* (43. ed.). Ática.
- Guimarães, F. (2023). *Como se fosse um monstro* (1a ed.). Alfaguara.
- Lauretis, T. (1994). A tecnologia do gênero. In H. B. Hollanda (Org.), *Tendências e impasses: o feminismo como crítica da cultura* (pp. 206-242). Rocco.
- Madeira, C. (2021). *Tudo é rio*. Record.
- Madeira, C. (2023). *Véspera*. Record.
- O'Reilly, A. (2016). *Matricentric feminism: theory, activism, and practice*. Demeter Press.
- Saavedra, C. (2018). *Com armas sonolentas*. Companhia das Letras.
- Tardivo, A. (2023). *Talvez mães, sempre mulheres: representações maternas em produções literárias recentes de autoria feminina* [Tese de Doutorado, Universidade Estadual de Maringá].
- Veríssimo, E. (2004). *O tempo e o vento*. Companhia das Letras,.
- Vivas, E. (2021). *Mamãe desobediente: um olhar feminista sobre a maternidade* (C. Cruz et al., Trad.). Timo.
- Zolin, L. O. (2021). Um retrato do romance brasileiro contemporâneo de autoria feminina. *Revista Ártemis*, 31(1). <https://do.org/10.22478/ufpb.1807-8214.2021v31n1.56639>